

Editorial

“Tempos difíceis”. Talvez seja essa a principal impressão que temos quando olhamos ao redor. Dos fenômenos ambientais à crise econômica; dos crescentes índices de violência aos movimentos no mundo do trabalho; das manifestações de intolerância às denúncias de corrupção. A pergunta que deriva daí é: mudou o mundo ou mudamos nós?

Arriscamos a sugerir que a resposta é “ambos”: mudou o mundo e mudamos nós. Estamos mudando e isso é saudável. Especialmente, porque temos aprendido com mais rapidez a lidar com essas mudanças.

Em outros tempos, talvez as mudanças fossem mais lentas, com menos elementos implicados ou menos perceptíveis. Hoje, além de ter aumentado a velocidade e os elementos envolvidos, contamos com um sem-número de aparatos que ajudam a dar visibilidade, intensificando essas mudanças. Cada vez mais temos acesso ao que está se passando na sala ao lado e no outro lado do planeta, ao mesmo tempo. Cada vez mais arquivos são revolidos, versões são declaradas, informações são tornadas públicas e, mais e mais, cada um e todos são convocados a emitir opiniões sobre tudo e sobre todas as coisas. Em um átimo, de espectadores, somos alçados à posição de juízes supremos, sujeitos plenos de verdades, a espalhar vereditos e julgamentos por todos os cantos, ante toda e qualquer manifestação que nos atravessa o caminho.

De certo modo, isso é resultado da extensão da prerrogativa da atitude crítica a um número crescente de sujeitos. Trata-se de um efeito do insistente trabalho pela reflexão, a favor da promoção de um mundo diferente deste que temos. Porém, há que ter redobrado cuidado com as implicações que essa prerrogativa e essa reflexão carregam consigo.

Temos sido acostumados com o enunciado de propostas e projetos bem argumentados. Aprendemos a definir objetivos claros e a justificar de forma consistente as nossas intenções. No entanto, talvez ainda careçamos de mais atenção com a análise das consequências do que pensamos, do que dizemos, do que fazemos, do que promovemos.

Uma ética das consequências nos exige levar em conta os efeitos das ações, a despeito de considerar as boas intenções que as motivam. Uma ética das consequências nos convoca a considerar respostas que ainda não temos, mas com as quais devemos contar. Uma ética das consequências acarreta fazer a análise das implicações e a avaliação dos resultados da nossa ação, da nossa fala, da nossa decisão, da nossa atitude, assumindo a responsabilidade pela interferência que fazemos sobre o estado das coisas.

Talvez possamos aproveitar essas facilidades do mundo das informações e comunicações para ampliar repertórios, de modo a aumentar as nossas possibilidades de interpretação e de ação. Se estivermos atentos à proliferação dos posicionamentos dos sujeitos com os quais nos relacionamos, o resultado dessa ampliação de repertório, inevitavelmente, será a tomada de consciência sobre a razoabilidade e plausibilidade das crenças e convicções desses todos. E, ao invés de disputar e concorrer, podemos ser levados a negociar.

Se entendermos que a realidade do mundo se compõe de uma grande variedade de perspectivas, todas elas consideráveis, chegaremos a compreender que, em lugar da disputa hegemônica, seremos compelidos a considerar que o mundo é uma pluralidade de hegemonias. Escapando dos expedientes de uniformização e homogeneização – que, muitas vezes, conduzem a práticas massificadoras e fundamentalistas –, seremos levados a um coletivo de heterogeneidades.

O consenso, sempre distinto da unanimidade, deixará de ser o ponto de chegada para ser o ponto de partida para o debate e negociação de posições, de ideias, de expectativas, de propostas e de escolhas. O consenso será tão-somente um estado primário e provisório de comunhão

de sentidos que tornará possível que os sujeitos entendam e compreendam as posições uns dos outros.

E o efeito, ao invés de ser a tentativa de suplantar a posição do outro com a sua, será o debate sobre a necessária produção de condições de possibilidade para a convivência respeitosa da pluralidade.

Tempos difíceis. Porque experimentamos a assimetria que resulta da diferença de condição ou posição pública ou privada, da diferença de repertório, do desencontro de expectativas, do desequilíbrio geracional – singularidades da condição subjetiva que nos constitui. Porque estamos expostos às modas, às ondas e às idiosincrasias dos diferentes coletivos de que fazemos parte e com os quais convivemos. Porque todos esses elementos revelam a complexidade e a dificuldade de estabelecermos parâmetros para a produção desse consenso e para orientar aquele exercício de negociação.

Longe de pretendermos indicar uma saída milagrosa e redentora, atrevemo-nos a ponderar a ideia de que a visibilidade e a transparência das posições e dos movimentos bem podem contribuir para que tenhamos relações mais honestas e, dessa forma, possamos nos aproximar de um mundo mais razoável.

A revista **Educação** entende que é seu papel contribuir para que mais vozes venham a público, proporcionando visibilidade e publicidade ao conjunto sempre plural de posições. Reafirmando a ideia de que os pontos de vista dos autores são de sua inteira responsabilidade, tomamos para nós a tarefa de abrir espaço para a heterogeneidade, criando condições possíveis para a convivência acadêmica saudável de sujeitos individuais e coletivos comprometidos com a construção de um mundo sempre melhor.

MARCOS VILLELA PEREIRA